

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A MERCADORIZAÇÃO DE UMA EMPRESA PÚBLICA¹

César Alexandre dos Santos²

Resumo

Este artigo analisa o processo de mercadorização da Copel (Companhia Paranaense de Energia) desenvolvida entre 1992 e 2008. A Copel detém o monopólio de exploração da energia elétrica no Paraná e apesar de ser uma empresa de economia mista, desde sua criação foi alçada ao status de “estatal” sendo uma importante ferramenta desenvolvimentista para o estado. Porém, a partir da década de 1990 sofreu uma profunda reestruturação produtiva na sua gestão passando a priorizar as demandas por maior lucratividade de seus acionistas e pela valorização de suas ações no mercado. Essa mudança alinhava-se a chamada “mundialização do capital” que afetou profundamente as economias nacionais de países periféricos como o Brasil, exigiu a abertura das economias nacionais, a privatização e/ou flexibilização dos serviços públicos e impôs transformações estruturais nos processos produtivos das empresas, aprofundando ainda mais a subsunção real do trabalho ao capital. A Copel, apesar de permanecer sob a tutela do estado, moldou-se a forma da empresa privada “toyotista”, caracterizada principalmente pela intensificação da tecnologia, pela flexibilização da produção, pelo aprofundamento da captura da subjetividade dos trabalhadores, pela padronização das tarefas, pela terceirização e pela financeirização. Essa mudança gerou implicações objetivas e subjetivas para todos os operários da empresa e alterou a percepção destes em relação ao papel dos sindicatos representativos da categoria. Através deste estudo de caso, verificamos como a gestão toyotista facilita a expropriação capitalista objetiva e subjetiva dos trabalhadores, também no setor público, alterando o comportamento da força de trabalho. Foi uma resposta ao “novo” *modus operandi* de exploração do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: capital. Reestruturação produtiva. Toyotismo. Privatização. Comodificação.

¹ Este artigo refere-se a algumas reflexões acerca da dissertação de mestrado desenvolvida no programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina sob o título: A “Comodificação” de uma empresa pública: o caso da Companhia Paranaense de Energia – Copel (dez/2009).

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, atualmente é professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – FAFIPA). (casalexan@yahoo.com.br)

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Introdução

A mundialização do capital foi a principal resposta à crise de superprodução e superacumulação dos anos 70 e inaugurou uma nova fase da economia mundial caracterizada pelo aprofundamento da financeirização e pela flexibilização das economias nacionais como forma de absorver os lucros excedentes internacionais. Alicerçada na aplicação intensa de tecnologia e na elaboração de novos padrões de produção, essa mundialização também influenciou e alterou localmente as estruturas organizativas e produtivas das empresas.

A mundialização funda-se em processos concomitantes e intimamente interligados, quais sejam: (I) a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores; (II) a formação de mercados de capitais, de câmbio e de títulos de caráter global; (III) a formação de um mercado mundial cada vez mais integrado; e (IV) a instituição de uma divisão internacional do trabalho baseada na reativa desconcentração industrial. Esses processos são acompanhados por uma onda de inovações tecnológicas, concentrada na biotecnologia e na informática. É o que se convencionou a chamar de a III Revolução Tecnológica e que atinge os mais diversos aspectos da vida social (ALVES, 2002, p. 7).

A reestruturação produtiva foi a principal ferramenta utilizada nessa transformação, constituindo-se como uma das exigências neoliberais para as empresas manterem-se atualizadas e competitivas no mercado. Essa reelaboração da produção tem como principal objetivo a redução de custos e o aumento da produtividade, porém não ocorreu simultaneamente em todo mundo, desenvolveu-se em períodos diferenciados em cada região. Atingiu primeiramente os países de capitalismo avançado que buscavam a superação da crise do excesso de produção e da falta de consumidores no início nos anos 70 (Harvey, 2005), nas décadas seguintes levou a um redirecionamento dos capitais excedentes internacionais para os ativos públicos, principalmente dos países subdesenvolvidos, abrindo novas frentes para rentabilidade capitalista. Esse movimento atingiu o Brasil de forma efetiva nos anos 90 através das privatizações de diversas atividades que historicamente eram desenvolvidas pelo Estado. Foi neste cenário que a energia elétrica no Brasil passou da condição de “serviço público” à de “mercadoria”, tendo como marco a reformulação do Setor Elétrico desenvolvida nesta década.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Atendendo às exigências desestatizantes dos organismos internacionais representantes do capital, como o BIRD e o FMI, o governo brasileiro privatizou a maioria das empresas do setor. A Copel apesar de permanecer “estatal” também se adequou às exigências neoliberais de flexibilização e de diminuição do seu quadro funcional. “Novas” formas organizativas de produção foram constituídas, com especial relevância para as terceirizações, padronizações e a intensificação na aplicação das Tecnologias de Informação (TI’s). Além disso, a Copel adotou o toyotismo como modelo de gestão e organização da produção através da implantação do programa de “qualidade total”, que permitiu a reformulação dos processos de trabalho. No final da década de 1990 a empresa estava pronta para privatização, reestruturada e enxuta com a redução do seu quadro de trabalhadores efetivos a quase metade, ou seja, 5854 trabalhadores³.

Os dois principais pilares dessas mudanças foram a atualização das tecnologias de informação em todos os setores através da computação e da automação e a redefinição dos processos de trabalho, reorganizados pelo programa de qualidade que envolveu a maioria dos trabalhadores. A redução do tempo de execução da produção obtido pelo aperfeiçoamento/padronização das atividades levou ao aumento da produtividade da empresa. Aprofundou-se a transformação de “trabalho vivo em trabalho morto”, na medida em que a empresa intensificou a apropriação do saber tácito dos trabalhadores, obtidos principalmente nas reuniões dos “grupos de qualidade” que debatiam, sistematizavam e padronizavam as tarefas produtivas.

A partir das padronizações dos processos de trabalho, a equipe de TI transformou os conhecimentos dos trabalhadores em softwares (programas) que se tornaram acessíveis a todos via rede computacional. Esse processo não foi exclusividade da Copel, conforme Bianchetti (1999, p. 138) “pesquisas mais recentes mostram que o reconhecimento da existência desses saberes e a busca por parte do capital de se apropriar deles vêm se tornando cada vez mais explícita”. As tecnologias aplicadas na empresa aprofundaram o uso da “maquinaria” e ampliam de forma incalculável a mais-valia relativa em favor do capital, na medida em que diminuem significativamente o tempo de produção e o trabalho manual na execução das tarefas.

³ Copel - Informativo trimestral – Dezembro/2001 p. 4 e 6

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Apesar de a Copel apresentar-se como uma empresa estatal pelo fato do governo paranaense ser o acionista majoritário⁴, ela também foi afetada pelas mudanças operadas no Setor Elétrico nacional, tanto que o governo estadual direcionou a reestruturação produtiva da empresa visando prepará-la para a privatização. Apesar do projeto de desestatização da Copel ser derrotado em 2001 e aparentemente a empresa manter seu caráter “publicista”, a preparação para privatização desencadeou alterações substanciais e irreversíveis nas práticas de gestão empresarial e no comportamento dos trabalhadores. Ao moldar-se às novas exigências do capitalismo contemporâneo, a empresa adquiriu um perfil acentuadamente mercadológico e alinhado à doutrina neoliberal. Isso indica também a tendência privatista que o Estado assume na atualidade.

A maioria dos estudos sobre esse assunto no Brasil refere-se a companhias elétricas que foram efetivamente transferidas ao setor privado. A pesquisa da Copel inova na medida em que verifica de que forma uma empresa pertencente ao Estado, também se alinou aos preceitos neoliberalizantes da atualidade, alterando substancialmente seus objetivos desenvolvimentistas iniciais e passando a priorizar as demandas crescentes de lucratividade de seus acionistas. Também permitiu compreender a partir da percepção dos trabalhadores, quais foram os principais efeitos dessa mercadorização para o ambiente de trabalho.

A Companhia Paranaense de Energia - Copel

A Copel tem sua área de concessão em praticamente todo o estado do Paraná. A principal atividade desenvolvida é a produção e comercialização de energia elétrica atuando nos três estágios do processo: Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica⁵. A

⁴ A motivação que levou o governo brasileiro a partir de 1930 a desencadear a criação de Setor Elétrico nacional estatal, buscava atender a demanda de infraestrutura mínima para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Num primeiro momento, na medida em que o setor foi estatizado, atribuiu-se à energia elétrica o caráter de “serviço público” focado principalmente no atendimento ao desenvolvimento econômico e social do país. Foi neste contexto que a Copel foi criada em 1954, tendo como principal objetivo constituir as bases mínimas para consolidação do projeto desenvolvimentista no Paraná.

⁵ A **Geração** refere-se à fase inicial da produção de energia por transformação a partir de fontes primárias. As usinas geradoras podem ser hidroelétricas, eólicas, nucleares, termoeletricas. No caso do Brasil quase a totalidade da geração de energia elétrica é feita através de hidroelétricas, onde normalmente represa-se a água em pontos determinados dos rios através de barragens e formam-se lagos. A geração se dá pela movimentação de geradores com a força da água em função do desnível entre o lago e o curso do rio. A energia elétrica é gerada normalmente em média tensão de 13,8kV, sendo em seguida elevadas essas tensões para os níveis superiores

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

empresa também está presente em outras áreas secundárias, entre elas destacamos: a produção de energia eólica e térmica, a distribuição de gás, a transmissão de dados via fibra ótica, além de estar em andamento o projeto PLC (Power Line Communications) que utiliza a rede elétrica como meio físico para sistemas de comunicação e telecomunicação de dados em banda larga (internet).

O número de unidades consumidoras ligadas no sistema elétrico da empresa no estado do Paraná em 2009 era de aproximadamente 3.549.000 ligações, distribuídas em 394 municípios (393 no Paraná e 1 em Santa Catarina) e aproximadamente 1.118 localidades (cidades, distritos, agrupamentos rurais). Esses consumidores estão distribuídos aproximadamente em 2,8 milhões de lares, 64 mil indústrias, 295 mil estabelecimentos comerciais, 47 mil na área de prestação de serviços e 342 mil propriedades rurais, aproximadamente. O atendimento é feito por cerca de 8.200 funcionários efetivos e cerca de 1800 terceirizados.

A estrutura do sistema elétrico compreende 18 usinas, sendo 17 hidrelétricas e uma termoelétrica, com potência instalada de 4.550 mW (Mega Watts), sendo que 15 dessas usinas e 14 subestações elevadoras são automatizadas e teleoperadas e compreendem o sistema de Geração da Copel. Possui o sistema de Transmissão em alta tensão com 1830 km de linhas e 30 subestações acima de 230 kV, sendo que todas estão automatizadas. O sistema de Distribuição, que atende diretamente os consumidores urbanos e rurais, possui 344 subestações abaixo de 230 kV, sendo 340 automatizadas e operadas a distância, possui 179.176 km de linhas e redes, o que permitiria dar a volta ao mundo linearmente quatro vezes. Além disso, a Copel possui 5255 km de cabos de fibra ótica que formam o anel principal do

para facilitar o transporte e evitar perdas de energia. **A Transmissão** é a segunda etapa do processo de fornecimento de energia elétrica e refere-se ao transporte da energia através de cabos e torres feito em altas tensões, normalmente 138, 230, 500 ou 700 kV em corrente contínua ou alternada, dependendo da usina geradora, quanto mais alta a tensão menor a perda durante o processo de transporte. A Transmissão tem como objetivo a interligação do setor elétrico nacional de forma a garantir que a energia excedente de uma região abasteça outra. No Brasil esta área sempre foi a mais crítica do sistema. **A Distribuição** é a terceira e última etapa do processo de fornecimento de energia elétrica e refere-se à entrega da mesma diretamente ao consumidor, compreendendo o rebaixamento dos níveis de tensão para que ela possa ser consumida (subestações abaixadoras), linhas, redes, transformadores, postes do consumidor, medidores de energia elétrica, enfim, todo o processo final de entrega aos clientes.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

sistema óptico de telecomunicações do estado do Paraná e mais 6336 km de cabos radiais que atendem 188 cidades e 564 clientes no sistema integrado de comunicação de dados⁶.

A empresa atua em quatro áreas de negócio: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e o serviço de telecomunicações (transmissão de dados). Já sofreu várias mudanças organizacionais e atualmente está estruturada na forma de *holding*⁷, possuindo três subsidiárias: Copel Geração e Transmissão, Copel Telecomunicações e Copel Distribuição. A estrutura administrativa da holding é composta pelo presidente, diretores das subsidiárias e diretores: administrativo, financeiro, jurídico, engenharia e meio ambiente.

A Distribuição é a área responsável pela comercialização final da energia elétrica junto aos consumidores e foi nela que as transformações tecnológicas e as redefinições dos processos de trabalho se deram de forma mais nítida e intensa⁸. A Distribuição é comandada por um diretor subordinado à presidência da Copel e está dividida em cinco superintendências regionais, distribuídas pelo estado. Cada superintendência está dividida em departamentos e cada departamento se organiza em agências, divisões e seções. As categorias mais representativas da empresa compõem-se dos trabalhadores: eletricitistas, eletrotécnicos e técnicos comerciais.

Os eletricitistas são responsáveis pelo atendimento emergencial e comercial diretamente junto ao cliente final e foi nessa categoria que o processo de terceirização foi mais intenso. Segundo números dos sindicatos aproximadamente 30% do atual quadro de eletricitistas é composto por trabalhadores terceirizados de empresas das mais diversas regiões do país. Os eletrotécnicos e técnicos comerciais não sofreram a terceirização direta, mas foram submetidos a uma intensa racionalização do trabalho através da informatização e da automação, o que diminuiu sensivelmente postos de trabalho dessas categorias.

As mudanças resultantes da reestruturação produtiva facilitaram a constituição do caráter nitidamente mercadológico para empresa, expresso claramente na sua “missão”, que norteia sua gestão empresarial: “gerar, transmitir, distribuir e **comercializar** energia, bem

⁶ Dados levantados em julho de 2009 no site da Copel, www.copel.com. O número de consumidores inclui os livres, dentro e fora da área de concessão.

⁷ Holding é uma empresa criada para participar de outras empresas como sócia ou acionista. No caso da Copel o objetivo foi dividir o capital da empresa de forma a facilitar o processo de privatização. Neste modelo, apesar de dividida, a empresa mantém a centralização e direção da holding nas mãos de um presidente, indicado e subordinado ao governador do Estado do Paraná.

⁸ As entrevistas realizadas durante a pesquisa foram feitas especificamente na área da Distribuição da Copel, pois é nela que se concentra o maior número de trabalhadores, em torno de 77% do contingente total.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

como prestar serviços correlatos, promovendo desenvolvimento sustentável e mantendo o equilíbrio da sociedade paranaense e dos **acionistas**”, assim como a sua visão: “ser a **melhor** empresa nos setores em que atua e **referência** em governança corporativa e sustentabilidade **empresarial**”⁹. Aprofundaremos como esse processo se consolidou na empresa e o efeito disso para os trabalhadores.

O contexto das transformações do Setor Elétrico nacional

Em todo mundo, a partir de 1970, gradativamente a energia elétrica passou a perder sua condição inicial de serviço público, transformando-se numa “*commodity*”. A alteração do perfil das chamadas “empresas públicas” com vistas a adequá-las ao mercado ocorreu primeiramente nos países intitulados de “primeiro mundo”. Na Inglaterra, por exemplo, na década de 1980 os serviços de fornecimento de energia elétrica, água, correios, entre outros, foram privatizados e passaram da condição de “serviços públicos” ao status de mercadoria, em especial durante o governo de Margaret Thatcher.

Nestes países o que se discute atualmente é a ampliação da mercadorização de outros serviços públicos ainda sob a tutela do governo. Este novo modelo de empresa “pública” tem como característica principal a prioridade da garantia da rentabilidade dos seus acionistas, remetendo a um segundo plano o atendimento de qualidade com baixo custo aos usuários. Esse processo é definido por Huws (2008) como “comodificação” do serviço público e é tratado no artigo intitulado “*The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work*”¹⁰.

In July, 2008, the British government published a report (Julius, 2008) which anatomised a new industry. This industry ‘has grown to become a significant part of the economy, accounting for nearly six per cent of GDP and directly employing over 1.2 million people’ (ibid:i). Its turnover in 2007-8 was £79 billion, an increase of 126 per cent from 1995-6, when it was £31 billion (ibid:11). In terms of value added, this sector ‘is significantly larger than “food, beverages and tobacco” (23bn in 2006), “communications” (£28bn), “electricity, gas and water supply” (£32bn) and “hotels and catering”

⁹ Dados do site na empresa www.copel.com, publicado em 08.08.08 no item Missão e Visão. Grifos nossos que indicam o caráter mercadológico desenvolvido pela direção da empresa e expressos em vários documentos oficiais.

¹⁰ “A nova febre do ouro: as novas multinacionais e a comodificação do setor de serviço público”. (Tradução nossa)

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

(£36bn)’ (ibid:ii). What is it? The report names it as the ‘public services industry’ (PSI).¹¹

No Brasil a alteração do modelo tarifário do setor ocorrido na segunda metade da década de 1990 foi o marco dessa mudança conceitual e consolidou a energia como um nicho mercadológico altamente lucrativo para o capital nacional e internacional. Pode-se afirmar que a reforma do setor impôs um novo conceito para “energia elétrica”, que deixou sua condição originária de “serviço público” e passou a ser considerada como mais uma “mercadoria”, e como tal, deve ser objetivada para facilitar a acumulação capitalista.

O marco regulador do Setor Elétrico nacional em vigor até 1993 era o “custo do serviço”, ou seja, o valor pago pelo uso da energia elétrica era igual para todas as faixas de consumidores do Brasil (equalização tarifária). A remuneração paga pelos consumidores deveria contemplar uma tarifa que cobrisse o custo da geração, transmissão e distribuição da energia somada a uma taxa média de 10% a 12% de retorno para que as concessionárias pudessem reinvestir no setor. Os valores das tarifas eram controlados pelo Ministério das Minas e Energia, que limitava a taxa de lucratividade das empresas. “A fixação da taxa de retorno das concessionárias cumpria o objetivo de garantir um retorno adequado para a sustentação financeira das concessionárias, ao mesmo tempo em que buscava impedir a possibilidade de excesso de lucros” (DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos, 2007, p.2).

A exigência neoliberal de desestatização dos serviços públicos visava facilitar o direcionamento dos excedentes de capital internacional e exigiu profundas mudanças na regulação do Setor Elétrico nacional impondo um novo modelo regulatório muito mais flexível, em especial na definição dos valores para cobrança dos serviços. O carro chefe desse processo foi a privatização da maioria das estatais elétricas e a extinção da equalização tarifária que passou a permitir reajustes diferenciados entre as concessionárias a partir das

¹¹ “Em julho de 2008, o governo britânico publicou um relatório (Julios, 2008), que anatomiza uma nova indústria. Esta indústria “cresceu para se tornar uma parte significativa da economia, correspondendo a quase seis por cento do PIB e empregando diretamente mais de 1,2 milhões de pessoas” (ibidem: i). O seu volume de negócios em 2007-8 foi de 79 bilhões de libras, um aumento de 126 por cento de 1995-6, quando foi 31 bilhões de libras (ibid: 11). Em termos de valor acrescentado, tal setor “é significativamente maior que o de “alimentos, bebidas e tabaco” (23 bilhões de libras), “comunicações” (28 bilhões de libras), “eletricidade, gás e água” (32 bilhões de libras) e “hotéis e restauração” (36 bilhões de libras)” (ibidem: ii). O que é isto? O relatório denomina como a “indústria de serviços públicos” (PSI). (Tradução nossa).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

planilhas de custos apresentadas para aprovação da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), criada em 1996 pelo governo federal com objetivo de fazer a regulação do setor.

O novo modelo caracterizado pela privatização da maioria das empresas elétricas no país ampliou significativamente os preços das tarifas de energia, especialmente se comparados aos índices de correção de preços ao consumidor. Isso provocou o aumento substancial da lucratividade das companhias e explicitou o caráter mercadológico atribuído à energia elétrica. Após as privatizações a ANEEL passou a utilizar-se do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) da Fundação Getúlio Vargas como índice para recomposição dos preços da energia elétrica. A tabela abaixo compara os índices mais utilizados até 2006 e demonstra que a opção governamental de corrigir as tarifas do setor elétrico pelo IGP-M ficou muito acima dos demais índices que são comumente utilizados de base para cálculo das reposições salariais da maioria dos trabalhadores (DIEESE, 2006, p. 7).

TABELA 1
Evolução dos Indicadores de Inflação
1997 a 2006

Indicadores	Taxa Acumulada	Taxa Média Anual
ICV-DIEESE	95,81%	6,95%
INPC-IBGE	93,94%	6,85%
IPCA-IBGE	91,83%	6,73%
IGP-M - FGV	157,21%	9,91%

Elaboração: DIEESE - Rede Eletricitários

Os efeitos da globalização na mercadorização de uma empresa pública

Apesar da Copel historicamente apresentar-se como uma empresa extremamente lucrativa para o estado, o governador Jaime Lerner seguindo a orientação neoliberal do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), aderiu à onda desestatizante da década de 1990 no Brasil e deu início a reestruturação produtiva da Copel com objetivo principal de privatizá-la. Posteriormente, Apesar da derrota privatista do governo do Paraná em 2001, o programa de reestruturação da empresa não foi interrompido. Ao contrário a empresa aprofundou o processo de informatização e de padronização das atividades,

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

transformando uma quantidade cada vez maior do conhecimento dos trabalhadores (trabalho vivo) em softwares (trabalho morto), favorecendo o aumento da absorção de mais-valia relativa. Isso diminuiu o quadro funcional, precarizou a maioria das atividades e ampliou significativamente a lucratividade dos acionistas. Essa diretriz colocou em xeque a ideia predominante no interior da empresa, de que a reestruturação produtiva da Copel havia se dado apenas em função da perspectiva de privatização.

A mudança no direcionamento da gestão da Copel ajustou a empresa aos “novos tempos” neoliberalizantes do capitalismo. Essa realidade voltada para maximização dos lucros também moldou o comportamento dos trabalhadores dentro e fora da companhia, alterando a relação destes com os sindicatos e com o próprio trabalho executado. Apesar do discurso da necessidade de uma maior qualificação dos operários, engendrado pela “mitificação” do uso da tecnologia no processo produtivo, esta pesquisa constatou-se que na maioria das atividades ocorreu uma simplificação das tarefas, exigindo poucos trabalhadores qualificados e muitos precarizados aumentando o desemprego em vários setores, o que diminuiu a força de trabalho efetiva da Copel. Em contrapartida, aumentou a terceirização, enfraqueceu os sindicatos e dificultou a mobilização dos trabalhadores.

Estas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc. dos diversos países onde são vivenciadas, penetram fundo no operariado industrial tradicional acarretando metamorfoses na forma de ser do trabalho. A crise atinge também intensamente, com evidência, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva (ANTUNES, 1999, p.72).

Numa empresa como a Copel, onde o Estado é o acionista majoritário, normalmente os conflitos entre capital e trabalho são mais difíceis de serem observados, embora estejam presentes com a mesma intensidade do setor privado. O ambiente da empresa estatal apresenta-se revestido do discurso da “empresa estatal e pública”, passando a ideia da ausência de conflito entre patrão e empregado (capital e trabalho). Porém, o fato de uma empresa se apresentar como “estatal” não significa que ela é “pública”, pois na atualidade do capitalismo moderno o Estado assume uma postura cada vez mais privatista direta ou indiretamente, distanciando-se do real significado de ser “público”, de “estar a serviço do desenvolvimento da coletividade”. O programa de qualidade e o discurso da administração

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

participativa desenvolvidos na Copel camuflaram de forma sutil essa relação, dificultando ainda mais aos trabalhadores a identificação dos antagonismos de classe existentes.

O falseamento dos conflitos característicos da relação capital/trabalho é favorecido pela adequação dos processos de trabalho moldados pelos princípios da “administração participativa”, próprio do modelo toyotista¹² e que foi utilizado como base da reestruturação produtiva da Copel. Ao criar os “grupos de trabalho” mesclando gerentes, supervisores e trabalhadores da produção que se reuniam periodicamente orientados pelos princípios da qualidade, a empresa criou uma ideia de “igualdade” entre operários e patrões, contribuindo em muito para perda do sentimento de pertencimento a classe por parte dos trabalhadores.

O discurso utilizado pela direção empresarial para justificar a implementação dessas mudanças fundamentou-se numa suposta necessidade de garantir a “competitividade” no mercado, principalmente a partir da promulgação da lei 9074/95, que deu aos grandes consumidores de energia elétrica a liberdade para contratarem esse serviço de outras concessionárias, mesmo que elas estejam sediadas em outros estados¹³. Essa justificativa, no entanto, demonstra-se frágil, na medida em que da forma como o setor elétrico é estruturado prevalece o monopólio da empresa detentora da concessão de determinada área geográfica de atuação, onde praticamente a totalidade dos consumidores são cativas. Isso ocorre em função da exigência de uma grande estrutura física para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o que tecnicamente dificulta duas ou mais operadoras atuarem numa mesma região.

O sucesso na implantação de uma gestão toyotista voltada a atender as exigências neoliberais do mercado é facilitado pela cooptação do operariado, de forma que venham a aderir a esse projeto. Normalmente isso se dá pelo convencimento ou por vezes pela coerção psicológica, pelo “medo do desemprego”, entre outros. O programa de qualidade implantado

¹² O toyotismo é um sistema de organização da produção desenvolvido por Taiichi Ohno, um engenheiro que se tornou vice-presidente da empresa japonesa Toyota, e que implantou mudanças significativas na forma de produção desta empresa, buscando substituir o modelo de produção fordista/taylorista por um modelo baseado na “co-gestão e na participação” de todos no ato de “pensar e executar” o processo produtivo que deveria ser o mais racional e enxuto possível. O sistema Toyota busca dar respostas imediatas às demandas do sistema produtivo, trabalhando com o conceito de estoques mínimos e em tempo real. O toyotismo também é conhecido por “ohnismo” em homenagem ao seu criador (Gounet, 1999).

¹³ Grandes clientes que atuam em um determinado estado podem se tornarem clientes de uma concessionária de energia de outro estado através dos contratos de utilização das redes e de energia entre as concessionárias. Essa foi a forma criada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para que houvesse concorrência entre as empresas, a ideia é quebrar o monopólio do consumidor no estado. (Dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE www.ccee.org.br acessado em 17/03/2009)

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

na Copel foi a principal ferramenta de convencimento dos trabalhadores a aderirem à proposta de pensar a empresa como um “time”, onde todos se sentissem responsáveis e colaboradores para o sucesso da mesma. Para isso utilizou-se constantemente do discurso de que a Copel tinha a “necessidade” de manter-se competitiva e acompanhar o desenvolvimento tecnológico exigido por uma empresa “moderna” e de “ponta”. A adesão dos trabalhadores ao programa de qualidade foi fundamental para o sucesso do projeto de reestruturação produtiva da Copel.

O trabalho de Wolff sobre a “Sercontel S/A Telecomunicações de Londrina”, discute e aprofunda a forma como se dá a adesão do operariado aos programas de qualidade das empresas submetidas à reestruturação produtiva. No caso específico estudado pela autora, esse processo foi denominado de “acultramento” e guarda muita similaridade com aquele desenvolvido na Copel:

Dentro de nossa tese, efetivamente, percebemos o “acultramento” como uma estratégia para aquilo que Pagès (1987) compreende como o exercício de um domínio ideológico a que toda grande organização empresarial precisa recorrer para envolver e conquistar uma adesão subjetiva de seus funcionários. Uma subjetividade que os induza a contribuir com os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos adotados para a otimização da produtividade, portanto, lucratividade empresarial. Em outras palavras: que os leve a colaborar com o novo patamar de exploração proporcionado pela utilização capitalista das Novas Tecnologias da Informação, qual seja, a exploração da dimensão cognitiva da sua força de trabalho (WOLFF, 2004, p. 137).

As mudanças que afetaram diretamente a Copel e seus trabalhadores não ocorreram de forma isolada, estiveram alinhadas à dinâmica do capital internacional que impôs mudanças estruturais ao Setor Elétrico nacional. Mesmo com o fracasso na venda da empresa o governo manteve a diretriz mercadológica da companhia potencializando sua lucratividade. A Copel se moldou a nova tendência internacional dos serviços públicos apontada por Huws, embora apresente especificidades em relação aos exemplos tratados pela autora, especialmente pelo fato da empresa ainda não ter expandido sua atuação internacionalmente, embora já o faça nacionalmente participando no controle acionário de empresas que atuam em outros ramos de atividades. Ao aderir ao processo de “comodificação”, a empresa pública sofre uma flexibilização dos seus processos produtivos, visando alinhar-se às políticas neoliberais do capitalismo contemporâneo.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

(...) contudo, foi somente na década de 1990 que tais evoluções históricas mais gerais se consolidaram, originando o fundamento capaz de estruturar um regime de acumulação mais ou menos coerente. Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compreensão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, administração de metas, assim como pela fragmentação da relação salarial (BRAGA, 2006, p. 137-138).

Ao contextualizarmos a Copel no cenário nacional do Setor Elétrico frente à Globalização enfocando o processo de mudança do seu perfil inicial de empresa “pública” para uma empresa “comodificada” (mercadorizada), procuramos debater como se deu essa mutação e que reflexos suscitaram nos processos de trabalho e no comportamento dos trabalhadores. Verificamos que essas transformações não foram exclusivas das empresas privadas ou das estatais privatizadas, elas atingem todas as empresas em diferentes graus de intensidade e são resultados da imposição da hegemonia neoliberal. No entanto, no caso específico da Copel esse processo foi potencializado pela “opção” ideológica do Governo do Estado do Paraná em implantar na empresa uma reestruturação produtiva baseada nos preceitos da empresa toyotista.

Considerações Finais

As transformações desenvolvidas na base produtiva da Copel levaram a empresa a um processo de “comodificação” (mercadorização) levando-a a condição de uma empresa pública para uma empresa notadamente alinhada às exigências neoliberais atuais. Apesar de a Copel manter-se estatizada constituiu uma gestão voltada preferencialmente para atender as demandas dos seus acionistas, remetendo em segundo plano o caráter “público” do desenvolvimento socioeconômico do estado e de prestação de serviços que nortearam sua criação. Além disso, apontamos ao longo deste artigo, a participação entusiasmada e direta dos trabalhadores para a efetivação dessas mudanças.

O processo de “comodificação” da Copel foi resultado da busca de ajustar a empresa às mudanças impostas pela dinâmica do capital globalizado, em constante mutação, marcadamente influenciado pelo neoliberalismo. Esse ajuste exigiu que a empresa alterasse

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

significativamente os objetivos estabelecidos na sua criação em 1954 e que direcionaram sua consolidação até o final da década de 1980. Para isso, alterou o caráter de empresa “pública” produtora de *antivalor*¹⁴ e não geradora direta do lucro, em uma empresa notadamente voltada para atender as exigências mercadológicas.

Essa transformação somente foi possível pela adesão majoritária dos trabalhadores ao projeto de reestruturação produtiva da empresa, favorecido pela implementação do programa de qualidade total. A cooptação da força de trabalho foi propiciada pela incorporação pelos trabalhadores dos princípios toyotistas de organização da produção. Dialeticamente, o resultado das mudanças nos processos de trabalho e do uso das TI's engendradas pela reestruturação produtiva na Copel, influenciou-os tanto objetiva como subjetivamente, especialmente no que diz respeito às relações de classe no interior da categoria.

A reestruturação produtiva da Copel, utilizando-se das TI's e dos grupos de qualidade, padronizou os processos de trabalho da empresa transformando-os em softwares disponibilizados na rede que facilitaram a gestão e ampliaram significativamente a produtividade dos trabalhadores e a rentabilidade da companhia. Em contrapartida, tornou os operários extremamente dependentes da rede para realização de suas tarefas. Além disso, o conhecimento dos trabalhadores foi incorporado ao capital da empresa, na medida em que os softwares e equipamentos criados pertencem a mesma.

O processo de “captura” da subjetividade dos trabalhadores representa uma das principais características da empresa toyotista e alinha-se ao padrão de competitividade neoliberal atual. Desenvolvida a partir dos grupos de qualidade, a transformação dos conhecimentos do operariado em programas computacionais, associada à construção de uma cultura de “administração participativa”, criou as condições ideais para adesão de todos ao processo de reestruturação da Copel. O “consentimento” (Harvey, 2005) coletivo e individual da força de trabalho foi determinante para a consolidação do processo de toyotização na empresa.

Na prática, a “captura” da subjetividade intensificou a extração da mais-valia relativa dos trabalhadores efetivos, apropriando-se do conhecimento destes acerca da execução das

¹⁴ O conceito de antivalor ou antimercadoria pode ser aprofundado no estudo de Francisco de Oliveira: **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público** (1988) que atribui ao resultado da produção das empresas públicas como sendo um “antivalor”, na medida em que essas empresas não objetivavam a busca da lucratividade, ao menos num primeiro momento. Para o autor o resultado disso é a geração de antivalor e não de valor.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

tarefas e provocando um aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital na empresa. Uma das principais diferenças (o que não significa antagonismo) entre o fordismo e o toyotismo refere-se à forma como se dá a “captura” da subjetividade do trabalhador em cada um destes modelos, assim como a intensidade como isso é feito. Diferentemente da “rigidez” fordista/taylorista que predominava anteriormente na Copel, caracterizado por uma estrutura organizacional extremamente hierarquizada, o toyotismo promoveu o enxugamento dos cargos gerenciais e de supervisão, incentivando o trabalho em equipe e permitindo o exercício da criatividade (moderada) por parte do trabalhador. Com isso, além de expropriar as habilidades manuais dos trabalhadores, o capital apropriou-se da sua capacidade intelectual colocando-a a serviço da melhoria constante da produtividade e do conseqüente aumento da rentabilidade.

A transformação do trabalho vivo em trabalho morto, materializada pela captura da subjetividade na Copel, resultou na dependência cada vez maior dos trabalhadores do sistema informacional para execução de suas tarefas, além de dificultar o exercício pleno da criatividade em função do engessamento que, na prática, a padronização cria. Esse processo provocou entre os trabalhadores a simplificação, a precarização e conseqüentemente a alienação do trabalho. A Copel ao reformular os processos de trabalho através da atualização tecnológica e da redefinição dos processos de trabalho, simplificou a maioria da execução das atividades e precarizou o trabalho do operário. De forma geral o consentimento e/ou encantamento dos trabalhadores com as novas diretrizes facilitou a diminuição de postos de trabalho, intensificou a terceirização e fragilizou a ação sindical, alterando as relações de trabalho no interior da empresa, facilitando o processo de mercadorização desta.

Essas mudanças tiveram implicações diretas para Copel que mesmo não sendo privatizada, “comodificou-se”, moldando-se às exigências neoliberais do capital internacional. Por isso diversificou sua área de atuação passando a participar da composição acionária de outras empresas, principalmente dos ramos de saneamento, telefonia, carvão, entre outros. Também abriu seu capital ao mercado de ações nacional e internacional através da BOVESPA e da Bolsa de Valores de Nova Iorque, flexibilizou e terceirizou diversas atividades, diminuindo o quadro de efetivos em contrapartida ao crescimento do número de consumidores.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Para que houvesse efetividade na reestruturação produtiva da empresa foi preciso garantir a adesão massiva dos trabalhadores a este processo. Para isso a Copel, através da prática diária do programa de qualidade, desenvolveu uma forte cultura toyotista no ambiente de trabalho. De forma geral, o questionário aplicado pela pesquisa apontou que o programa de qualidade teve êxito neste aspecto, pois o discurso contido nas respostas dos trabalhadores demonstrou o alinhamento da maioria aos princípios toyotistas. Essa adesão também provocou o distanciamento destes em relação aos sindicatos, aparecendo como um dos grandes resultados negativos da “comodificação” para a categoria eletricitária no Paraná.

A prática da “parceria” entre trabalhador e patrão, desenvolvida pelo toyotismo, camufla os conflitos existentes na relação entre capital e trabalho e faz apagar do trabalhador o sentimento de pertencimento à classe. Com isso, verificamos que os sindicatos perderam espaço de representação junto aos trabalhadores da Copel e não conseguem atender as principais demandas da categoria, especialmente as de cunho salarial, favorecendo assim, o distanciamento destes da entidade sindical. Isso não significa, porém, que estas instituições tenham perdido totalmente sua função de defesa dos trabalhadores, no entanto, encontram-se atualmente numa condição de defensiva e, no máximo, esforçam-se em lutar pela manutenção do emprego e das conquistas anteriores. Apesar do quadro de submissão, os trabalhadores desenvolveram mecanismos de resistência contra a intensificação da exploração produtiva, porém, por vezes o fizeram de forma individualizada, não influenciando o conjunto dos trabalhadores.

Mesmo com a escamoteação dos conflitos entre capital e trabalho feito pelas empresas de caráter flexível, todas as vezes que debate-se direitos trabalhistas o conflito de classes aflora, pois o antagonismo de interesses entre patrões e operários é próprio do capitalismo. Apesar do discurso toyotista dos “benefícios” da remuneração variável (PLR, produtividade) feitas aos trabalhadores da Copel, todas as vezes em que a discussão salarial vem à tona ocorre o tencionamento das relações entre patrões e empregados. Esse debate desnuda o fetiche do discurso da “inexistência de classes” apregoado pelo toyotismo, haja vista que os salários estão diretamente vinculados ao processo de exploração do capital sobre o trabalho. Porém, em função da fragilidade atual das organizações sindicais, estas não conseguem tencionar e potencializar tais conflitos para mobilizar os trabalhadores.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Verificamos através das respostas do questionário a percepção dos trabalhadores em relação aos efeitos do processo de “comodificação” para as relações de trabalho e a forma como isso afetou negativamente a consciência destes, em especial a forma “estranhada” que enxergam os sindicatos no papel de medição das relações entre “capital e trabalho” no interior da empresa. A lógica da competição, própria do setor privado, está muito presente na Copel afetando diretamente o relacionamento entre os trabalhadores que executam atividades similares, mas que possuem direitos e remunerações diferenciadas. Outro aspecto verificado é o fato de que a terceirização dificulta a organização, apresentando-se como uma ferramenta estratégica do capital para divisão da força de trabalho, além de aumentar da taxa de lucratividade da empresa.

As transformações desenvolvidas no interior da Copel não ocorreram isoladamente, estão diretamente subordinadas às mudanças impostas pela nova configuração do capital internacional. A “comodificação” da empresa não se tratou de uma opção, mas sim de uma adequação desta às exigências de flexibilidade do neoliberalismo. Esse processo transformou a gestão da Copel e moldou o comportamento dos trabalhadores a partir dos conceitos do toyotismo e desfez a idéia da empresa geradora de “antivalor”, caracterizada pela “priorização” da busca do desenvolvimento econômico/social do estado. Apesar de manter-se na condição de estatal, a Copel passou a adotar um comportamento cada vez mais característico das empresas privadas, buscando incessantemente o aumento da lucratividade visando remunerar melhor seus acionistas em detrimento da sua “função social”.

A maioria dos trabalhadores da Copel, apesar da intensificação da exploração à que foram submetidos, através do uso das TI's e das padronizações não veem com nostalgia os tempos fordistas da empresa, ao contrário, enaltecem as “melhorias” e facilidades que tais transformações propiciaram para execução do trabalho. A tecnologia na atualidade tem essa capacidade, quase “mágica”, de encantamento e envolvimento para aqueles que dela fazem uso. Apresenta-se como um dos fatores da individualização dos trabalhadores e dificultam as lutas coletivas. Isso aponta para o desafio histórico, não só dos trabalhadores da Copel mais de toda classe trabalhadora, de construção de mecanismos de resistência e de reação coletivos e transformadores capazes de retirar o operariado da condição de imobilismo e de alienação em que se encontra, e levá-lo a constituição de uma alternativa de organização social para além do capitalismo.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

_____. Trabalho e subjetividade: ensaios sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Tese de Livre Docência – UNESP, 2007.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neo liberal” (1900-2000). **Revista de Sociologia Política**, UFPR, 19, p.71-94. Nov. 2002. In: <<<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/sociologia/search>>>. Acesso em 13 out. 2005.

ANEEL, **Agência Nacional de Energia Elétrica**. Biblioteca Virtual. In: www.aneel.gov.br. Acesso em 09 nov. 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora – Unicamp, 1995.

_____. **As dimensões da crise no mundo do trabalho**. In: <<<http://www.oohodahistoria.ufba.br/04antune.html>>>. Acesso em 15 dez. 2005.

_____. (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 3. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C. **Globalização e trabalho**: uma resenha da literatura. BIB 52, 2001. 2º. Semestre.

BARBOSA, E. R. N. **Privatização do setor elétrico**: discussões preliminares. Art. do VI Congresso Internacional Del CLAD. In: <<<http://www.clad.org.ve/anales6/barboeli.html>>>. Acesso em 15 dez. 2005.

BATISTA, R. L., ARAÚJO, R. **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Praxis, 2003.

BATISTA, R. (org.) **Impactos da História**. Londrina: Praxis, 2005.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? Ed. Boitempo, S.P., 2000.

BIANCHETTI, L. As novas tecnologias do espaço-tempo do saber tácito dos trabalhadores. In: **Quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento**, 1. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. p. 69-82. São Paulo. Editora Boitempo, 1. ed., 1998.

BRAGA, R. O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo. EPTIC – **Revista de Economia Política da las Tecnologias de la Información y Comunicación**. www.eptic.com.br – v. VI, n.3, Sep. – Dec. 2004.

_____. **Uma sociologia da condição proletária contemporânea**. Revista Tempo Social, jun. 2006, v. 18, n^o 1

CAMPOS, V. F. **TQC**: controle da qualidade total (no estilo japonês). Fundação Christiano Ottoni – UFMG. Rio de Janeiro: Bloch, 1992

_____. **TQC**: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Fundação Christiano Ottoni – UFMG. Rio de Janeiro: Bloch, 1994

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Ed. Paz e Terra, SP, 1999

CASTRO, N. J. **Avanços na reestruturação do setor de energia elétrica**. R. J., Art. IE-URFG, 2003. In: <<<http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/castro6.htm>>>. Acesso em 13 dez. 2005.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1998. In: <<http://www.eletrobras.gov.br/EM_Biblioteca/biblioteca_setor.asp>>. Acesso em 10 nov. 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996

COPEL - **Informativos trimestrais**: 1997 a 2009.

_____. **Consultoria, serviços e novos negócios - 1995**.

_____. **Relatório social 1997**.

_____. **Apostila qualidade total**. Escritório da Qualidade e Produtividade. 1993.

COPEL. **Material promocional sobre serviços e negócios**, 1998.

_____. **“Copel em números”** Informativo administrativo – julho 2005.

_____. **Companhia Paranaense de Energia** – Dados, balanços, histórico. In: www.copel.com. Acesso em 15 out. 2007.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

COSTA, L. R. A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência: conceitos que se excluem ou que se completam?. (art.) **Revista Política & Trabalho**, n.. 26, abril, 2007, p. 127-142.

DANTAS, M. **Informação e globalização na era do conhecimento**. URFJ IE – Instituto de Economia. Campos, R.J., 1999.

DIEESE - **Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004**. Estudos e Pesquisas – ano 3 / n. 28 – dezembro de 2006.

_____. **As tarifas de energia no Brasil**: sistemática de correção e evolução dos valores. Nota Técnica – n. 58 – dezembro de 2007.

DOOB, M.H. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAYET, L. A. **Reflexões sobre a privatização da Copel – 2001**. In: <<<http://www.fayet.com.br/2001privatizacao.htm>>>. Acesso em 25 nov. 2005.

FONTES, V. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. (art.) **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p.34-58

FRANZOL, N. L. Kanban. In: CATTANI, A. D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 199, p.137

GOMES, A. A. C. **Reestruturação das indústrias de rede**: uma avaliação do setor elétrico brasileiro. Biblioteca depositária Central da Universidade Federal de Santa Catarina- **CAPES**, 1998.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. Ed. Boitempo, S. Paulo, 1999.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: **Obras escolhidas**. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1. ed., 1978.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Ed. Loyola, 1. ed., S.P., 2005.

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. Ed. Cortez, S.P., 1994.

HERMAN, C., BRANDT, T. and SCHULTEN, S. Commodification, casualisation and intensification of work in liberalised European postal markets. In: **Work organization, labour & globalization**, v. 2, n. 2, Autumn, 2008.

HUWS, U. Fixo, volátil, ou dividido: o trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI. **Revista eletrônica Pegada**, v. 7, n. 2, nov. 2006.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

_____. The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work. In: **Work organization, labour & globalization**, v. 2, n. 2, Autumn, 2008.

IANNI, O. A **sociedade global**. Editora Civilização Brasileira, 2. ed. p 53-68. Rio de Janeiro, 1992

KREMER, A. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho**: um estudo sobre as transformações no mundo do trabalho. Biblioteca do setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR - CAPES, 2004.

KUMAR, K. **Da Sociedade pós-industrial a pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Ed. Jorge Zahar, R.J., 1997.

LAZZARATO, M., NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: forma de vida e produção da subjetividade. Ed. DP&A, 2001

LEITE, M. P., SILVA, R. A. **A Sociologia do Trabalho diante da reestruturação produtiva**: Uma Discussão Teórica. BIB 42, 1996, 2. Semestre.

LEME, A. A. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro**: uma abordagem sociológica acerca da privatização. Biblioteca depositária Comunitária UFSC – CAPES, 2003.

LORENZO, H. C. **O setor de energia elétrica no Estado de São Paulo**: 1900-1989. UNICAMP, 1987

_____. **O Setor elétrico brasileiro**: reavaliando o passado e discutindo o futuro. In: <<<http://www.eletrobras.gov.br/IN/setoreletrico.asp>>>. Acesso em 20 nov. 2005.

MACHADO, J. A. S. (org.). **Trabalho, economia e tecnologia**: novas perspectivas para a sociedade global - São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. 2. ed.

MACIEL, M. L. **Ciência, tecnologia e inovação**: a relação entre conhecimento e desenvolvimento. BIB 54, 2002. 2º. Semestre

MARCELINO, P. R. P. Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. **Tese** de doutorado da Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008

MOTIM, B. M. L. Mudanças no trabalho e no mercado de trabalho: trabalhadores do ramo de Telecomunicações no Brasil. **Scripta Nova, Revista Eléctronica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119(75), 2002. In: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-75.htm>>>. Acesso em 15 dez. 2005.

NOGUEIRA, V. A. Reestruturação do setor elétrico: um estudo qualitativo das condições de trabalho e saúde dos eletricitários frente a privatização da CERJ. **Tese** de mestrado – Fund. Oswaldo Cruz, Esc. Nacional de Saúde Pública, 1999. In:

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

<<http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00002405&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em 25 nov. 2005.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Empresa multinacionais no setor de energia elétrica brasileiro**: Duke, Tractebel, EDF e AES. São Paulo, DEZ. 2007

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

_____. **O surgimento do antivalor**: capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos CEBRAP, n. 22 – RJ, Out. 1988

PINTO, A. P. **Eficiência técnica e crescimento da produtividade no setor elétrico brasileiro**: evidência empírica do período 1997/1999. Biblioteca depositária Central da UFMG. CAPES, 2000.

ROSA, L. P. **Participação privada na expansão do setor elétrico ou venda de empresas públicas?**. COPPE/URFG, 2003. 2. ed.

SANTOS, A. de O. **Trabalho e globalização**: a crise do sindicalismo propositivo. Ed. Práxis, 2001

SANTOS JUNIOR, S., FREITAS, H., LUCIANO, E. M. **Dificuldades para o uso da tecnologia da informação**. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica, jul/dez 2004.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. Ed. Boitempo, S.P., 2005

STEEM, **Sindicato dos Trabalhadores da Empresas de Energia Elétrica de Maringá e Região Noroeste**. Arquivos, atas de reuniões, processos jurídicos, informativos, entre outros.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp, 1986.

VIEIRA, A., GARCIA, F.C. **Gestão do conhecimento e das competências gerenciais**: um estudo de caso da indústria automobilística. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica, jan/jun 2004.

VIEIRA, J. P. **Energia elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil**: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias. São Paulo: Tese de Doutorado pela USP, 2005.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

WOLFF, S. O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. **Tese** de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2004.

_____. **Informatização do trabalho e reificação:** uma análise à luz dos programas de qualidade total. Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2005.

ZUBOFF, S. **Automatizar/informatizar:** as duas faces da tecnologia inteligente. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica, nov/dez 1994.